

ARTIGO <https://doi.org/10.22481/praxisedu.v15i34.5621>**CENAS DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA: AS ESTAGIÁRIAS DA EDUCAÇÃO
INFANTIL**

SCENARIO OF INCLUSIVE EDUCATION: THE INTERNS OF CHILDISH EDUCATION

CENAS DE LA EDUCACIÓN INCLUSIVA: LAS ESTAGIARIAS DE LA EDUCACIÓN
INFANTIL*Camila Olga Vieira Bohrer*

Universidade Federal da Fronteira Sul – Brasil

Elizete Petter

Universidade Federal da Fronteira Sul – Brasil

Patrícia Gräff

Universidade Federal da Fronteira Sul – Brasil

Resumo: Este trabalho apresenta os resultados de uma pesquisa de campo que buscou conhecer como atuam as estagiárias da Educação Infantil, com crianças que apresentam necessidades educacionais especiais. Toma como base a legislação vigente e trabalhos acadêmicos que tratam sobre a educação inclusiva e a formação de professores. Os dados empíricos foram produzidos a partir de questionários e entrevistas com as estagiárias de dois Centros de Educação Infantil Municipais, da rede pública do município de Chapecó/SC, totalizando uma amostra de 8 estagiárias. De maneira qualitativa, buscou entender sua função no cenário da educação inclusiva. As análises são constituídas a partir de duas categorias analíticas que tomam por base os discursos das estagiárias e discutem: a dualidade, educação e cuidado, e a formação pedagógica das estagiárias. Também contextualiza breve e historicamente o que dizem os manuscritos legais perante a educação inclusiva. Conclui que, a atuação destas profissionais se configura dentro de um cenário educacional que não oferece uma formação específica, com poucos subsídios, contribuindo para a constituição de uma ênfase assistencialista para a Educação Infantil.

Palavras-chave: Cuidado. Educação inclusiva. Estagiárias. Políticas educacionais.

Abstract: This work presents the results of a field research that looked for the way that the childish education interns acted with children that shows up especial educational needs. Take as an example the legislation and academic works that are about inclusive education and the professors training process. Empirical data were produced from questionnaires and interviews with interns of two Municipal childish education Centers, of public schools from Chapecó/SC, totalizing a sample of 8 interns. In a qualitative way, searched to understand their functions in the inclusive education scenario. The analyses are incorporated from two analytical categories that take base on the interns' speeches

and discuss: duality, education and care, and pedagogical training of the interns. Also contextualize briefly and historically what says the legal manuscripts before the inclusive education. Concludes that, the performance of those professionals are into the educational scenario that does not offer an specific training, with a lack of subsidies, contributing to a constitution of an assistentialist emphasis on Early Childhood Education.

Keywords: Care. Inclusive education. Interns. Educational policies.

Resumen: Este trabajo presenta los resultados de una investigación de campo, que buscó conocer cómo actúan las pasantes de la Educación Infantil, con niños que presentan necesidades educativas especiales. Toma como base la legislación vigente y trabajos académicos que tratan sobre la educación inclusiva y la formación de profesores. Los datos empíricos fueron producidos a partir de cuestionarios y entrevistas con las pasantías de dos Centros de Educación Infantil Municipales, de la red pública del municipio de Chapecó / SC, totalizando una muestra de 8 pasantes. De manera cualitativa, buscó entender su función en el escenario de la educación inclusiva. Los análisis se componen de dos categorías analíticas que se basan en los discursos de las pasantes y discuten: la dualidad, la educación y el cuidado, y la formación pedagógica de las pasantes. También contextualiza brevemente e históricamente lo que dicen los manuscritos legales ante la educación inclusiva. Concluye que la actuación de estas profesionales se configura dentro de un escenario educativo que no ofrece una formación específica, con pocos subsidios, contribuyendo a la constitución de un énfasis asistencialista en la Educación Infantil.

Palabras clave: Cuidado. Educación inclusiva. Los aprendices. Políticas educativas.

Introdução

A cidade de Chapecó apresentou, no ano de 2016, um índice de 100% de crianças com necessidades educacionais especiais, em idade escolar, frequentando a escola regular. É o que nos mostram os dados do Censo escolar do município, na análise do Observatório do Plano Nacional de Educação – PNE (BRASIL, 2017). Tais números nos indicam que as escolas de Educação Infantil estão se tornando inclusivas, abrindo espaço para uma diversidade de indivíduos.

Desde a década de 1990, com o movimento *Educação para todos*, a educação inclusiva vem configurando o cenário educacional, em âmbito mundial. No Brasil a perspectiva inclusiva foi acentuada por meio da Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva (BRASIL, 2008), que passou a mobilizar recursos e processos de formação inicial e continuada de professores, para a inclusão. Nesse cenário, coube aos sistemas de ensino acolher os escolares com necessidades educacionais especiais e reorganizar os espaços e as práticas pedagógicas, para atender as suas demandas. Importa marcar que a configuração que a educação inclusiva foi assumindo nas escolas traz a herança da Educação Especial, desde a nomenclatura até as práticas exercitadas nos espaços escolares.

Ou seja, para organizar a educação inclusiva, os sistemas de ensino constituíram serviços de apoio nomeados como Educação Especial, dentro do ensino regular.

Para compreender o cenário da educação inclusiva, elencamos, no âmbito deste artigo, o município de Chapecó como limite geográfico para a pesquisa. Nesse município, a Secretaria Municipal de Educação sinaliza como objetivo da Educação Especial: “propiciar subsídios necessários às escolas para que se tornem espaços inclusivos, promovendo a autonomia e independência dos alunos dentro e fora dela”. (CHAPECÓ, 2017, p. 5). Dentre as medidas que o município organizou para dar apoio às escolas encontramos a figura do/a estagiário/a, que desempenha sua função dando auxílio ao professor nas atividades pedagógicas. “Contribuir no desenvolvimento das atividades pedagógicas a partir das orientações dos professores” (CHAPECÓ, 2017, p. 23) constitui o foco de sua atuação, na Educação Infantil¹. Se parece difícil para muitos professores atuar junto aos escolares com necessidades educacionais especiais, pareceu-nos ainda mais complexo dar apoio ao professor, na condição de estagiário/a. A partir dessa problematização inicial, produzimos a seguinte pergunta central para esta pesquisa: como atuam as estagiárias da Educação Infantil, com crianças que apresentam necessidades educacionais especiais?

Para responder à pergunta de pesquisa, este estudo teve como objetivo central problematizar, de forma qualitativa, a função e a atuação dos/as estagiários/as na Educação Infantil. Buscamos, ainda, conhecer a legislação que ampara as políticas educacionais inclusivas; compreender os processos de formação continuada oferecidos pela Secretaria Municipal de Educação de Chapecó/SC às estagiárias, e; entender a função das estagiárias nos Centros de Educação Infantil (CEIM), tecendo, com os dados obtidos na pesquisa, uma percepção crítica da situação em que se encontra a educação inclusiva nas escolas pesquisadas.

Na sequência, o artigo traz a descrição da metodologia utilizada no decorrer da pesquisa e um breve histórico, embasado em documentos e leis, que ajuda a compreender o trabalho aqui apresentado. A partir das análises dos materiais de pesquisa constituímos duas categorias analíticas, elaboradas a partir das respostas das estagiárias aos questionários e às entrevistas, sendo elas: “eu cuido, eu brinco, eu educo: a relação do cuidado e apego na função da estagiária” e “formação: um processo surpresa”. Dentro destes subtítulos

¹Segundo o documento “Educação Especial 2017” do município de Chapecó/SC, o segundo professor (formado em pedagogia ou educação especial) atuará com o Ensino Fundamental. Subentende-se assim que quem assume a Educação Infantil é o(a) estagiário(a), tendo em vista que não encontramos nenhum segundo professor atuando na Educação Infantil dos CEIMs pesquisados.

problematizaremos as respostas obtidas na pesquisa de campo, a luz de teorizações sobre o campo da educação, com foco na inclusão escolar.

Percurso metodológico

A pesquisa, aqui apresentada, foi desenvolvida de forma exploratória e descritiva. Embasou-se em documentos emitidos pela Secretaria Municipal de Educação de Chapecó/SC; em bibliografias da área da Educação Especial/inclusiva, com atenção especial para os trabalhos publicados na Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPEd) e, como fonte primária, analisou os questionários e entrevistas realizados com as estagiárias² atuantes na Educação Infantil, na modalidade da Educação Especial.

Com o projeto de pesquisa aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP/UFFS), começamos a dar os primeiros passos na trajetória investigativa. Para iniciar precisávamos da autorização da Prefeitura Municipal de Chapecó que indicaria as instituições a serem pesquisadas. O processo com a Secretaria de Educação foi burocrático e atrapalhado, nosso projeto foi perdido e o retorno sobre a avaliação demorou a chegar, o que tardou a pesquisa em alguns dias. Com a aprovação do projeto no CEP e na Secretaria de Educação, nossa pesquisa de campo teve como recorte duas escolas que compõem a rede municipal de educação, ambas de escolha e indicação da Secretaria Municipal de Educação.

Para a aplicação dos questionários, fomos até os CEIMs (Centro Educacional Infantil Municipal), com o projeto em mãos. Apresentamos nossas intenções de modo a oferecer, aos participantes, as informações necessárias para que conhecessem a pesquisa. Em seguida entregamos os questionários às estagiárias. Em conversa com as gestoras das instituições definimos datas e horários para que as entrevistas fossem feitas. De acordo com o planejado, fomos até os CEIMs recolher os questionários e realizar as entrevistas. Todas as estagiárias que responderam aos questionários se dispuseram a participar da entrevista, o que nos possibilitou um grupo de oito participantes, sendo quatro em cada local.

Devemos ressaltar que as entrevistas feitas com as quatro estagiárias de um dos CEIMs se deram em caráter supervisionado. Uma professora, no período da manhã, e a gestora, no período da tarde, ficaram integralmente conosco no decorrer de toda entrevista. Elas não se manifestaram em nenhum momento, no entanto, não possibilitaram uma conversa

²A partir daqui seguiremos utilizando a palavra estagiária, no feminino, posto que não encontramos homens exercendo essa função nas escolas pesquisadas.

mais reservada às estagiárias, em nosso ponto de vista, isso pode ter constrangido algumas respostas. Contudo, conseguimos realizar as entrevistas de forma satisfatória e de acordo com o planejamento, sendo que, a participação foi consentida pelo termo de consentimento livre esclarecido, em que as estagiárias autorizaram a gravação por áudio, o que nos possibilitou produzir dados importantes para o desenvolvimento desta pesquisa.

Após a devolutiva dos questionários e entrevistas, as leituras dos dados coletados e transcritos compuseram categorias analíticas que subsidiaram as discussões, articuladas com as teorizações sobre a educação inclusiva na Educação Infantil, tendo como objetivo conhecer como atuam as estagiárias da Educação Infantil, com crianças que apresentam necessidades educacionais especiais. Dentro das categorias analíticas apresentamos quadros com as falas das estagiárias, que discorrem sobre suas experiências em sala de aula. Para a identificação das falas nomeamos cada estagiária com uma sigla, onde “E” corresponde a “estagiária”, acompanhada dos números sequenciais de 1 a 8, para especificar cada entrevistada. Na sequência, apresentamos alguns marcos legais que contribuem para uma compreensão sobre o campo de estudo.

O que dizem os manuscritos legais: um breve histórico

Ao longo da última década tornou-se comum ouvirmos falar sobre a inclusão em nosso cotidiano – inclusão voltada para pessoas que manifestam alguma necessidade educacional especial. Em um passado distante era natural para a humanidade tratar esses indivíduos como seres sem direitos perante os demais, tamanha era a desigualdade que desde o nascimento os próprios pais davam início a um ciclo de exclusão, limitando e impondo barreiras que os impediam de conviver e desfrutar de ambientes públicos. Dessa forma, a maioria das crianças nessas condições, era mantida somente em contato com pessoas da família e amigos mais próximos, em muitos casos cercados e limitados às paredes de suas próprias casas. Uma atenção maior, por parte das políticas públicas, foi surgindo ao longo da última década do século XX. De modo a produzir um cenário mais disposto à inclusão foram políticas que abrangem o acesso à educação, à saúde, ao esporte, à cultura e ao lazer, garantindo o direito à acessibilidade.

Para compreender um pouco mais sobre a história da inclusão no Brasil, partimos do documento *Política Nacional da Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva* (BRASIL, 2008), que aponta um breve histórico sobre a inclusão:

No Brasil, o atendimento às pessoas com deficiência teve início na época do Império, com a criação de duas instituições: o Imperial Instituto dos Meninos Cegos, em 1854, atual Instituto Benjamin Constant – IBC, e o Instituto dos Surdos Mudos, em 1857, hoje denominado Instituto Nacional da Educação dos Surdos – INES, ambos no Rio de Janeiro. No início do século XX é fundado o Instituto Pestalozzi (1926), instituição especializada no atendimento às pessoas com deficiência mental; em 1954, é fundada a primeira Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE; e, em 1945, é criado o primeiro atendimento educacional especializado às pessoas com superdotação na Sociedade Pestalozzi, por Helena Antipoff. (BRASIL, 2008, p. 2).

Apesar de a educação inclusiva não ter sido prioridade por um longo tempo, este breve histórico demonstra que há alguns anos vem se pensando a educação neste contexto, provocando mudanças que fomentem a inclusão. O direito de estar e permanecer incluído em sala de aula é de todos. Desse ponto de vista, parece-nos que a inclusão escolar precisa se orientar por currículos que se adaptem às necessidades individuais dos escolares, desenvolvendo metodologias que possam dar conta das diferentes formas e níveis de aprendizagem. Para tal, as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica e a Resolução CNE/CEB nº 2/2001, no artigo 2º, regem que:

Os sistemas de ensino devem matricular todos os estudantes, cabendo às escolas organizarem-se para o atendimento aos educandos com necessidades educacionais especiais, assegurando as condições necessárias para uma educação de qualidade para todos. (BRASIL, 2001, s/p).

Para que os sistemas de ensino comportem as demandas de estudantes com necessidades educacionais especiais é preciso que exista suporte profissional qualificado para atuar nos processos de aprendizagem destes estudantes, considerando que se trata de um direito social e importante para o desenvolvimento humano, capaz de promover uma certa autonomia e minimizar a desigualdade. Nesse registro, destacamos que a resolução nº 001/2011 do Conselho Municipal de Educação de Chapecó (2017, p. 11), no município de Chapecó, contempla, no Capítulo V, Art. 20, que: “Os profissionais que atuam na Educação Especial deverão ter habilitação em Educação Especial e/ou Pedagogia (Educação Infantil e Ensino Fundamental) e/ou licenciatura e estar qualificados para o exercício da função e permanentemente atualizados”. O documento que orienta a Educação Especial, no município de Chapecó (CHAPECÓ, 2017, p. 21), determina a presença de segundo professor nas seguintes condições:

Segundo Professor em Turma – professor com habilitação em Educação Especial e/ou Pedagogia Séries Iniciais que atua com o professor regente nas turmas onde exista matrícula de alunos da Educação Especial considerando o diagnóstico e funcionalidade do aluno, mediante diagnóstico clínico, psicológico e parecer pedagógico, que requeiram dois professores na turma.

Focando no trabalho desempenhado pelas estagiárias da Educação Especial, que atuam com crianças que apresentam necessidades educacionais especiais – tendo em vista que essas profissionais ficam a maior parte do tempo com as crianças, intermediando e articulando as atividades e rotina das crianças, junto com as professoras –, tomamos nota do que diz respeito a elas no documento que orienta a Educação Especial, no município de Chapecó. No capítulo X, subtítulo *Estagiário(a): Contribuir no desenvolvimento das atividades pedagógicas a partir das orientações dos professores*, são consideradas atribuições do estagiário:

- Estimular a independência e autonomia dos alunos público da Educação Especial;
- Se inteirar sobre a deficiência do aluno, como é seu desenvolvimento e quais os principais cuidados, para poder contribuir significativamente com a prática pedagógica;
- Quando o aluno, público da Educação Especial não estiver presente, o(a) estagiário(a) permanecerá na sala de aula desenvolvendo sua função com os demais alunos;
- Participar das formações oferecidas pela SEDUC e das orientações e assessorias dos professores do Atendimento Educacional Especializado e da Equipe de Educação Especial;
- Colaborar com o professor regente na realização das atividades pedagógicas, confecção e adaptação de materiais. (CHAPECÓ, 2017, p. 23).

Ao analisar este documento, emitido pela prefeitura de Chapecó, no que diz respeito às estagiárias, vemos que esse trabalho remunerado pode ser articulado junto com o trabalho pedagógico da escola, cabendo a estagiária exercer a função de auxílio, tanto para a criança – a quem vai acompanhar –, quanto para a escola como um todo. Para uma compreensão mais detalhada do sujeito de nossa pesquisa elencamos, abaixo, alguns pontos enfatizados pelas estagiárias no desenvolvimento desse trabalho.

Eu cuido, eu brinco, eu educo: a relação do cuidado e apego na função da estagiária

Nesta categoria discutimos uma parte da análise dos dados retirados dos questionários e entrevistas feitas com as estagiárias, nas duas escolas da rede pública do município de

Chapecó, a fim de contrapor duas ênfases sobressalentes no cenário da Educação Infantil e acentuadas pelas estagiárias: educar e cuidar. Esta categoria definiu-se por caracterizar as respostas de 100% das estagiárias entrevistadas, pois a palavra *cuidado* foi mencionada como fonte primária de suas ações.

Educação e cuidado foram historicamente confundidos no contexto da Educação Infantil. Para Cerizara (1999, p. 2),

durante as últimas décadas, foi possível constatar duas formas de caracterização dos diferentes tipos de trabalhos realizados em creches e em pré-escolas: por um lado, havia as instituições que realizavam um trabalho denominado "assistencialista" e, por outro, as que realizavam um trabalho denominado "educativo".

O documento Referencial Curricular para Educação Infantil – RCNEI (1998) destaca que a Educação Infantil há muito tempo vem sendo discutida e debatida para constituir-se como etapa primária do Ensino Básico, mas essa compreensão é resultado de um processo lento, que precisa ser trabalhado com a sociedade em geral.

O atendimento institucional à criança pequena, no Brasil e no mundo, apresenta ao longo de sua história concepções bastante divergentes sobre sua finalidade social. Grande parte dessas instituições nasceram com o objetivo de atender exclusivamente às crianças de baixa renda. O uso de creches e de programas pré-escolares como estratégia para combater a pobreza e resolver problemas ligados à sobrevivência das crianças foi, durante muitos anos, justificativa para a existência de atendimentos de baixo custo, com aplicações orçamentárias insuficientes, escassez de recursos materiais; precariedade de instalações; formação insuficiente de seus profissionais e alta proporção de crianças por adulto. (BRASIL, 1998, p. 17).

Tendo em vista a recente história da Educação Infantil e o direito das crianças pequenas a frequentarem uma instituição de ensino no Brasil, garantido pela Constituição de 1988 e reafirmado, de modo mais consistente, na Lei de Diretrizes e Bases Nº 9394/96 – que em sua atualização no ano de 2013, no Art. 40, amplia o tempo de escolarização na Educação Básica dos quatro aos dezessete anos de idade – direcionamos nossa atenção às crianças com necessidades educacionais especiais, matriculadas na Educação Infantil. Parece-nos que a associação entre necessidades educacionais especiais e infância produz uma tradução mais acentuada para a educação como cuidado. Os discursos das estagiárias, quando questionadas sobre como é a rotina delas com as crianças ou sobre a sua preparação para trabalhar com uma

criança com necessidade educacional especial, atribuem centralidade ao cuidado no exercício de suas funções, como mostra o conjunto de excertos abaixo.

Quadro 1 – O cuidado na ação das estagiárias

E6: E daí tem que ficar mais pertinho dela, *cuidar* mais dela na hora do lanche também, daí tem os brinquedos na...aqui fora que daí tem que *cuidar* mais, não pode deixar ir muito no sol, tem que cuidar mais pra ela não brincar em lugar onde tem muita criança correndo, porque senão ela cai e bate a cabeça, daí eu *cuido* mais dessa parte. (Grifos nossos).

E8: Então ela é que nem os outros, eu só tenho que *auxiliar* por causa do aparelho dela, porque é um aparelho, assim o mais caro possível pra ela ouvir melhor, então eu tenho que *cuidar* pra nenhum colega derrubar ela ou [...] sei lá tirar do ouvido, é isso aí assim [...]. (Grifos nossos).

E5: Não vi problema nenhum de *cuidar* dela, tipo não teve que ir buscar alguma coisa pra saber do problema dela, como que eu tive que agir, é só *cuidar* mesmo pra ela não bater a cabeça, até a mãe dela falou que não quer que ela se sinta excluída[...] que trate ela diferente. (Grifo nosso).

Fonte: materiais de pesquisa

A palavra cuidar, em seu conceito dicionarizado, remete a: “fazer, realizar com atenção; preocupar-se com; interessar-se por; responsabilizar-se por (algo ou alguém); tratar da saúde, do bem-estar de; tratar da aparência, conservação e manutenção de” (HOUAISS; VILLAR; FRANCO, 2009, p. 581). A partir dos discursos das estagiárias percebemos o uso desse termo, com o mesmo sentido apresentado no dicionário, sobretudo no que se refere a saúde e ao bem-estar. As falas das estagiárias mostram que seu papel de *cuidadora* tem muita importância e faz com que acreditem que a criança está recebendo o melhor tratamento possível, pois a naturalização do cuidado faz com que não concebam outras possibilidades para a sua atuação. Quando lemos *não vi problema nenhum de cuidar dela*, percebemos que as atividades desenvolvidas pelas estagiárias com as crianças estão limitadas ao cuidado, caracterizando um quadro de ações organizadas por uma rotina de cuidados.

Tomando por base o texto do RCNEI (1998), que traz contribuições para a Educação Infantil, percebemos que educação e cuidado são indissociáveis no âmbito da Educação Infantil, assim como na educação de crianças com necessidades educacionais especiais. O texto relata o cuidado como característica essencial da Educação Infantil, enfatizando que:

Contemplar o cuidado na esfera da instituição da educação infantil significa compreendê-lo como parte integrante da educação, embora possa exigir conhecimentos, habilidades e instrumentos que extrapolam a dimensão pedagógica. Ou seja, cuidar de uma criança em um contexto educativo demanda a integração de vários campos de conhecimentos e a cooperação de profissionais de diferentes áreas.

A base do cuidado humano é compreender como ajudar o outro a se desenvolver como ser humano. Cuidar significa valorizar e ajudar a desenvolver capacidades. O cuidado é um ato em relação ao outro e a si próprio que possui uma dimensão expressiva e implica em procedimentos específicos. (BRASIL, 1998, p. 24).

Neste sentido percebemos o trabalho das estagiárias focado em situações de controle e cuidados sobre as crianças, num cenário em que a falta de planejamento e de conhecimentos específicos acaba por limitar suas ações junto as crianças. O mesmo texto do RCNEI (1998) pontua que educar e cuidar precisam ser proporcionados de forma integrada, em todas as atividades desenvolvidas no CEIM, ou seja, toda atividade desenvolvida pode ser caracterizada como educacional, mesmo não tendo um caráter exclusivamente pedagógico. Sendo assim, vincular o desenvolvimento da criança, no que diz respeito à sua higiene e ao corpo, com as interações pedagógicas que mostram a ela as diferentes linguagens e percepções, pode, de forma planejada, mobilizar mais estímulos e interações com as crianças. “O cuidado precisa considerar principalmente, as necessidades das crianças que quando observadas, ouvidas e respeitadas, podem dar pistas importantes sobre a qualidade do que estão recebendo”. (BRASIL, 1998, p. 25).

Ao aproximar o contexto da Educação Infantil dos dois CEIMs pesquisados com outros estudos realizados, percebemos que há uma visão engessada sobre a Educação Infantil, que vem sendo debatida ao longo das últimas décadas. Vitta e Emmel (2004), trazem concepções acerca da dualidade “Cuidado x Educação” no cotidiano do berçário, situações que se aproximam do cenário da Educação Especial. Em seu artigo, as autoras abordam muitos elementos que nos remetem ao cuidado e a educação. Para elas, os profissionais dos CEIMs exercem um papel duplo, que consiste em conciliar o cuidado e a educação, sendo que o conhecimento destas profissionais influencia diretamente no desenvolvimento das crianças, tendo em vista que esse papel consiste em estimular o desenvolvimento infantil de forma integral. Os resultados do estudo sinalizam para o respeito ao que já está posto, na profissionalização e na qualidade educacional das creches.

A partir do estudo de Vitta e Emmel (2004), percebemos que a função exercida pelas estagiárias do município de Chapecó (que em sua maioria são estudantes do Ensino Médio),

também é desenvolvida em outras instituições de Educação Infantil, com outras nomenclaturas como as “auxiliares de creche”, da cidade de Bauru/SP. Em sua pesquisa, as autoras perceberam a atuação das auxiliares como uma variável no trabalho desempenhado nas creches, pois elas não tinham formação específica (algumas sem o Ensino Médio) e seu trabalho era caracterizado pelo cuidar.

Em Bauru, as profissionais que lidam com o berçário são contratadas como auxiliares de creche, ou seja, desempenham diferentes funções, geralmente, ao mesmo tempo. Essas funções incluem o cuidado com as crianças, a limpeza e organização do ambiente físico, organização da alimentação no berçário e, invariavelmente, substituição de funcionários faltosos no espaço da creche. (VITTA E EMMEL, 2004, p. 181).

Essas caracterizações se aproximam das estagiárias em destaque nesta pesquisa e nos ajudam a perceber que este trabalho ainda carrega consigo o assistencialismo que representava as creches e pré-escolas no momento de sua fundação. Desde os últimos anos do século XX, a Educação Infantil vem passando por uma transição entre o foco dedicado, exclusivamente, ao cuidado, para um foco que tome as duas ênfases (educação e cuidado) no exercício da docência. Sayão (2010, p. 74 apud KULMANN, 1998, p. 206), aponta que historicamente;

quando se apregou que as creches precisariam se tornar educacionais e se rejeitaram essas dimensões fundamentais da educação da criança pequena, o que se fez foi colaborar para que os cuidados e a assistência fossem deixados de lado, secundarizados. Ou seja, que os cuidados fossem prestados de qualquer maneira, porque o que importaria era o educacional, considerado atividade nobre em oposição às tarefas desagradáveis como trocar fraldas de bebês, ou qualquer outro tipo de cuidado. Além disso, se projetou para a Educação Infantil um modelo escolarizante, como se nos berçários precisasse haver lousas ou ambientes alfabetizadores. Renovou-se, assim, o modelo de prestar uma educação de baixa qualidade, seja nos cuidados, seja na educação dada às crianças pobres.

Haddad (2006), por sua vez, no texto *Políticas integradas de educação e cuidado infantil: desafios, armadilhas e possibilidades*, desenvolve uma análise sobre a perspectiva em que a Educação Infantil foi constituída em doze países, segundo a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) e a Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura (Unesco), com o objetivo de discutir um novo sistema integrado, que englobe a educação e cuidado da criança em âmbito geral. O pesquisador descreve outra dualidade que acompanha não somente a Educação Infantil ou a Educação Especial, mas a

educação como um todo, educação para a assistência e educação para a educação. Como já vimos, a história da Educação Infantil, assim como a história da criança com necessidades educacionais especiais, foram construídas em meio a movimentos sociais, lutas e uma série de ações que buscaram atender a criança como ser indefeso, que precisava ser educado e inserido no mundo.

A dicotomia cuidar/educar é associada, muitas vezes, ao formato que os dois tipos de instituição foram adquirindo ao longo da história, objetivos e funções. No entanto, há evidências de que essa cisão não existe nos primeiros momentos da educação infantil, mas resulta de fatores político-ideológicos. (HADDAD, 2006, p. 525-526).

Podemos dizer, assim, que os aspectos pedagógicos da Educação Infantil e da escolarização de crianças com necessidades educacionais especiais estão intimamente ligados a um passado que ainda se faz presente no âmbito político e econômico de nosso país. Furtado (2015), em seu artigo *Concepções de creche*, traz trechos retirados de vários estudos sobre o papel das creches no Brasil. Neste estudo podemos identificar que a presença de profissionais sem formação específica caracteriza a Educação Infantil brasileira. “A justificativa para esse equívoco pode estar assentada sobre algumas hipóteses. A primeira delas é pela própria tradição da palavra. Muitas famílias assimilam a creche como o espaço destinado ao cuidado e educação às crianças menores de 6 anos”. (FURTADO, 2015, p. 8).

A caracterização da função exercida pelas estagiárias, a partir das entrevistas e questionários, aponta que a dualidade educação e cuidado é um ponto crucial e que define a sua atuação. Estas profissionais estão intimamente ligadas às crianças, pois conhecem suas dificuldades e limitações. No entanto, cumpre destacar que não constitui função delas, ou não é atribuído a elas, o papel de ensinar, mas sim o de intermediar e construir, junto com o aluno e o professor, uma dinâmica de ensino e de produção de materiais para que os professores possam atender as necessidades educacionais especiais dos alunos.

Ao contrário do que determinam as orientações da Secretaria Municipal de Educação de Chapecó/SC, a proximidade gerada pela atenção constata das estagiárias, direcionada às crianças com necessidades educacionais especiais, produz processos de apego entre ambos. Entendemos que esse apego caracteriza um reflexo de suas ações, pois o professor direciona a elas a função de dar atenção a essas crianças, o que gera uma proximidade com esses escolares e, por consequência, o apego a eles. Neste sentido, destacamos alguns trechos das entrevistas que demonstram mais uma das características da atuação das estagiárias, em suas

respostas aos questionamentos: como é o relacionamento entre você e a criança com quem atua? Você se sente a vontade nesse trabalho?

Quadro 2 – O apego na relação estagiária-criança

E1: Ele gosta, que nem.... ele gosta de atenção, ele é sensível, *se você fizer um carinho nele ele deita, ele vem abraçar a gente, ele gosta de ficar perto, ele fica perto*, daí ele vai chegando vai deitando assim, ele gosta que passe a mão na cabeça dele, pega na mão e ele fica assim cheirando a mão da gente sabe. (Grifos nossos).

E3: Ahh, agente era muito amiguinhos assim, dele chegar conversar pra contar tudo que ele tinha feito em casa, ele tinha vergonha muitas vezes de eu levar ele fazer as necessidades, como ele tem baixa visão eu tinha que auxiliar ele [...] há e *a gente era muito próximo* assim, depois de um tempo ele saiu da escola e eu fiquei trabalhando e eu senti muita falta dele. (Grifos nossos).

E5: Eu to bem mais feliz porque *ela é um amor, e cada vez que eu vejo ela, é uma sensação muito boa*, eu to muito feliz. (Grifos nossos).

E6: Eu acho muito legal mesmo porque antes eu não tinha esse contato né, agora que eu tenho a gente entra no CEIM de uma forma. *Você tá triste, aí você vê o sorriso dela, que você tá fazendo alguma coisa pra ajudar*, aí depois eu saio daqui, tipo, nossa! Meu Deus eu fiz uma coisa hoje que é muito legal, aí nossa. (Grifos nossos).

E8: Eu me senti muito bem de estar começando trabalhar com criança e agora com criança especial, porque, *a gente as vezes tá num dia péssimo, e daí tu vê aquela criança, e daí tu tá lá cuidando, interagindo com ela, tu entra em outro universo, esquece os problemas, já muda totalmente o teu dia, é gratificante*. (Grifos nossos).

Fonte: materiais de pesquisa

Giddens (2002) pontua, segundo Sayão (2010, p. 81), que os laços construídos na primeira infância são de suma importância para o desenvolvimento infantil. Para ele,

As reações emotivas são parte da vida da criança ainda bem pequena e os gestos emotivos, envolvendo o choro e expressões faciais de alegria da parte da criança, e expressões corporais de cuidado da parte dos que cuidam dela, são integrantes dos laços sociais em desenvolvimento.

O texto do RCNEI (1998) enfatiza a interação e a afetividade na Educação Infantil como uma característica fundamental para o desenvolvimento integral da criança. A partir desses pressupostos, os CEIMs desempenham funções como o cuidado e a educação, em uma relação harmoniosa que permeia os meios afetivos e o convívio íntimo.

Outras práticas têm privilegiado as necessidades emocionais apresentando os mais diversos enfoques ao longo da história do atendimento infantil. A preocupação com o desenvolvimento emocional da criança pequena resultou em propostas nas quais, principalmente nas creches, os profissionais deveriam atuar como substitutos maternos. Outra tendência foi usar o espaço de educação infantil para o desenvolvimento de uma pedagogia relacional, baseada exclusivamente no estabelecimento de relações pessoais intensas entre adultos e crianças. (BRASIL 1998, p. 19).

Para finalizar essa primeira categoria, destacamos as características marcantes da função das estagiárias junto as crianças que necessitam cuidados educacionais especiais. Um olhar mais afetuoso e delicado sobre cada caso pode fazer muita diferença e estas estagiárias parecem estar alcançando esse objetivo, fazendo com que as crianças se sintam bem, sejam ouvidas e acolhidas no ambiente escolar. A ênfase no cuidado e o apego na relação entre a estagiária e a criança delimitam sua função em sala de aula e nos levam a questionar sobre a formação que essas profissionais estão recebendo e se os direcionamentos feitos pela Secretaria de Municipal de Educação estão possibilitando a inclusão dos escolares na Educação Infantil. Sendo assim, discutiremos, na próxima categoria, a formação das estagiárias e como elas se sentem frente a esse contexto de diversidade.

Formação: um processo surpresa

A formação das estagiárias constitui o segundo foco analítico desta pesquisa, pela recorrência discursiva nas respostas das estagiárias que participaram da pesquisa. Tanto nas perguntas do questionário, quanto nas perguntas que orientaram a entrevista, foi possível perceber uma variedade de processos formativos, que não atendem às necessidades da função que exercem. Nas questões que abordavam a formação para atuar com crianças com necessidades educacionais especiais, as estagiárias relataram não se sentirem capacitadas para tal atuação, aspecto que pode ser verificado nas respostas elencadas abaixo.

Quadro 3 – Estagiárias e suas formações

E1: Bom [...] a gente tem um bom, assim um bom relacionamento com ele, mas quando eu entrei eu não sabia, o que que era [...] *eu não conhecia nada* [...] daí a professora me passou [...] então eu acho que assim a profe me passou algumas dicas né [...] por que *eu não sabia* [...] *eu não conhecia nada*. (Grifos nossos).

E3: No meu ver pessoal assim [...] *eu acho que não somos muito preparadas* assim [...] eu acho que a gente teria sim que ter mais assim essa acessibilidade a cursos [...] só que a professora onde eu atuava que eu auxiliava ela era muito maravilhosa ela tinha muito

conhecimento com crianças especiais [...] então ela me ajudava compreender [...] e a gente também teve uma formação na APAE sobre crianças especiais. (Grifos nossos).

E1: É [...] como eu disse *eu não conhecia, não sabia*, nunca tinha visto [...] daí eu ficava pensando, fazia um bicho de sete cabeças...quando eu vi, eu nem percebi que era ele de diferença [...] por que eu não via diferença nele. (Grifos nossos).

E3: É porque é diferente a gente pegar assim e falar pra você que você vai ficar com uma criança especial [...] daí tu pergunta qual seria a dificuldade né [...] *e daí tu não tem conhecimento né*. (Grifos nossos).

E4: Acho que o meu maior desafio foi a *falta de informação* sobre a síndrome de Down [...] e as outras deficiências. (Grifos nossos).

E7: Eu já tinha uma certa experiência na área da LIBRAS, então quando eu vim aqui trabalhar [...] *eu já sabia mais ou menos* como ensinar alguns sinais, mas foi bem difícil no começo, aí depois a prefeitura disponibilizou formações específicas para os estagiários de alunos especiais. (Grifos nossos).

E4: Nosso relacionamento é estritamente profissional, porém poderíamos melhor auxiliá-la se tivéssemos conhecimento do processo pedagógico [...] entendo que seria necessária uma preparação não somente do professor auxiliar, mas também para todos os estagiários [...] *considero meu preparo para com as crianças com necessidades educacionais especiais fraco* [...] estagiários não recebem especificações sobre como atuar com essas crianças [...] tenho interesse em conhecer a linguagem de sinais. Não pretendo seguir carreira pedagógica. (Grifos nossos).

Fonte: materiais de pesquisa

Analisando as respostas, percebemos uma forte influência dos professores regentes, atuando em parceria com as estagiárias, para uma melhor convivência e inclusão das crianças, pois são elas a fonte mais importante de informação e conhecimento, dando subsídio para as estagiárias. Paralelamente ao relato de falta de capacitação e de conhecimento para atuar com crianças com necessidades educacionais especiais, as mais diversas formas de ajuda vindas dos professores são reconhecidas pelas estagiárias. Esta prática mostra que os professores estão cumprindo o que está posto no documento da Secretaria Municipal de Educação de Chapecó, que destaca como atribuição do estagiário “contribuir no desenvolvimento das atividades pedagógicas a partir das orientações dos professores” (CHAPECÓ, 2017, p. 23). Apesar de estarem cumprindo com seu “dever”, as estagiárias apresentam dificuldades no que diz respeito a formação específica. Algumas relatam ter algum tipo de formação, oferecida e realizada na própria Secretaria de Educação ou na Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE), porém estes processos formativos não são direcionados para todas as estagiárias e não ultrapassam carga horária de 60 horas. Na maioria dos casos as estagiárias só

ficam sabendo que trabalharão com crianças com necessidades educacionais especiais em seu primeiro dia de estágio. Este é um fator importante quando se trata da capacitação das estagiárias para contribuir com o processo de construção de conhecimento junto às crianças.

A Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008, que dispõe sobre o estágio com ou sem remuneração, em seu Artigo 1º, sinaliza que,

estágio é ato educativo escolar supervisionado, desenvolvido no ambiente de trabalho, que visa à preparação para o trabalho produtivo de educandos que estejam frequentando o ensino regular em instituições de educação superior, de educação profissional, de ensino médio, da educação especial e dos anos finais do ensino fundamental, na modalidade profissional da educação de jovens e adultos (BRASIL, 2008, s/p).

Sabe-se que a atuação com crianças que apresentam necessidades educacionais especiais, dentro das escolas, não é restrita às estagiárias e que o campo que acolhe essa modalidade de ensino é amplo. Contudo, a partir de uma busca por estudos que nos ajudassem a compreender o cenário educacional, sob a perspectiva inclusiva, encontramos alguns artigos que contribuem para situar nossa pesquisa. Um desses trabalhos trata sobre a formação de profissionais para a Educação Especial, com foco na graduação e formação de professores a nível superior. No artigo *Cenas do cotidiano nas creches e pré-escolas: um olhar sobre as práticas de inclusão*, das autoras Maria B. B. da Silva Lima e Ana Dorziat, publicado na página eletrônica da ANPEd (2013), percebemos que a prática docente está intimamente ligada com o desenvolvimento integral e com o processo de inclusão das crianças que apresentam necessidade educacionais especiais. As autoras procuraram observar o cotidiano das salas de aula da Educação Infantil, buscando analisar a relação do processo inclusivo entre professoras e alunos. Segundo elas,

as práticas de algumas professoras apontaram para um cotidiano marcado por situações de exclusão, negando às crianças com deficiência participarem de vivências fundamentais para o seu desenvolvimento. O ponto de vista da limitação prevalece nas ações docentes, mostrando a necessidade da existência de formação continuada, em vistas à efetivação de um trabalho que envolva toda a comunidade escolar. (LIMA; DORZIAT, 2013, p. 15).

Outros estudos como os de Corrêa e Rodrigues (2011), que trata sobre a formação docente no estágio da Educação Infantil de uma forma mais prática, e o de Pletsch (2009), que retrata a formação de professores da Educação Especial comparando com parâmetros, normas e leis que regem a Educação Especial, fazem-nos pensar sobre esta prática e atuação. Mesmo

que os estudos sejam voltados para o estágio remunerado de discentes em processo de formação (em sua maioria no curso de Pedagogia), conseguimos perceber que os professores em processo de formação não se dizem capacitados para trabalhar com crianças com necessidade educacionais especiais, pois necessitam formação, tempo, recursos e informações, que muitas vezes não são oferecidas.

Corrêa e Rodrigues (2011) trazem, em seu estudo, dados de uma pesquisa de campo realizada com estagiários, professores e gestores/coordenadores de algumas escolas de Juiz de Fora, que fazem parte da Supervisão de Atuação à Educação na Diversidade (SAEDI), com o intuito de responder à questão: “Qual a função proposta e como se configura essa função no cotidiano escolar?”. (CORRÊA; RODRIGUES, 2011, p. 1). Assim como nós, que buscamos conhecer mais sobre a atuação das estagiárias da Educação Especial, na Educação Infantil, os autores buscaram as vivências dos estagiários. Tal estudo mostrou que tanto estagiários em formação quanto professores e coordenadores sentem-se despreparados para atuar com crianças com necessidades educacionais especiais. A pesquisa destaca a falta de formação e acompanhamento de alguém que conheça sobre a necessidade educacional especial que cada criança apresenta.

Tudo isso nos mostra o quanto a formação específica em Educação Especial é importante para o processo de inclusão e desenvolvimento das crianças que necessitam desse amparo educacional. Os textos estudados assim como os dados coletados em nossa pesquisa, mostram que as estagiárias não estão capacitadas para atender os escolares com necessidades educacionais especiais, para tal, fazem-se necessárias políticas públicas com olhares mais atentos, não somente ao que diz respeito à inclusão das crianças com necessidades educacionais especiais, mas focadas também, na formação, tanto inicial como continuada dos profissionais que atuarão junto a essas crianças

Considerações finais

Este trabalho teve como objetivo responder à pergunta de pesquisa: Como atuam as estagiárias da Educação Infantil, com crianças que apresentam necessidades educacionais especiais? A trajetória investigativa nos possibilitou analisar, de maneira qualitativa, os discursos das estagiárias, obtidos através de questionários e entrevistas feitas com as profissionais de dois CEIMs do município do Chapecó/SC. Para a análise dos dados, procuramos destacar as principais características anunciadas por elas, compondo duas

categorias analíticas. Desenhamos, ainda, alguns contornos para o contexto histórico e atual, experimentado pela Educação Infantil, em uma perspectiva inclusiva, no município de Chapecó/SC.

Os embasamentos legais e teóricos nos ajudaram a conhecer um pouco mais sobre a legislação vigente, que regulamenta a Educação Especial no município pesquisado. O documento “Educação Especial 2017”, organizado pela Secretaria Municipal de Educação de Chapecó/SC, traz as principais atribuições da estagiária. Sendo assim, pudemos analisar suas respostas dentro de parâmetros locais e, também, relacioná-las com outros estudos feitos na área, que discutem a função e o papel das estagiárias que atuam na Educação Infantil e na Educação Especial.

O estudo sobre os dados obtidos na pesquisa de campo e nas pesquisas teóricas levou-nos a compreender o cenário inclusivo nos dois CEIMs pesquisados e nos permitiu responder a nossa pergunta de pesquisa. Na primeira categoria, que discute a dualidade entre cuidado e educação e as questões do apego na relação estagiária-criança, pontuamos a principal característica das profissionais: o “cuidado”, o “cuidar”, palavras mencionadas diversas vezes, que constituíram um dos focos de nossas análises. Quando questionadas sobre sua rotina e sua relação com as crianças, elas deixaram clara sua função de cuidar. Algumas justificaram essa ênfase pela dependência da criança que atendem, causada por limitações físicas, outra pelo uso aparelho de audição da criança, destacando o cuidado para que não se perca ou quebre o objeto.

Esses fatores nos mostraram uma atuação consciente, porém sem planejamento ou engajamento pedagógico, pois pela ênfase no cuidado também percebemos a ausência de outras atividades previstas para sua função, como a busca de materiais e ações diferenciadas, que atendessem a especificidade daquela criança. Como enfatizado nesta pesquisa, o RCNEI (1998) sinaliza que cuidado e educação são indissociáveis e essencialmente importantes na Educação Infantil. Sendo assim, não podemos separar um do outro, por mais que o cuidado seja um fator sobressalente, pode haver um caráter pedagógico em sua materialização, basta que seja pensado para a criança e que não se restrinja a uma perspectiva assistencialista.

Na tentativa de responder à pergunta de pesquisa, deparamo-nos, ainda, com outro elemento que caracteriza a função da estagiária: o apego. A relação entre estagiárias e crianças mostrou um lado afetivo e de apego, que possibilitou um elemento a mais para as análises. A aproximação entre ambos desencadeou um olhar fraterno nas estagiárias, pois todas se referiam às crianças com muito carinho, algumas relataram uma relação construída

por meio de um processo que inicia desde o primeiro dia em que se conheceram. Todas as estagiárias destacaram uma rejeição inicial por parte das crianças e a sua própria estranheza e desconforto por não conseguirem lidar, inicialmente, com a situação, até o momento em que se produz a reciprocidade entre ambas, construindo uma relação de amizade e companheirismo. Sendo assim, o apego é mais uma das características das estagiárias. Não podemos defini-lo como função, pois essa é uma característica que se modifica de relação para relação, mas ela também nos ajuda a entender e conhecer mais sobre o cotidiano das crianças e a atuação das estagiárias, dentro do contexto dos CEIMs.

A segunda categoria, que nos ajudou a responder e entender a função e atuação das estagiárias, diz respeito à formação pedagógica que as estagiárias recebem para atuar em contextos inclusivos. Apesar de algumas das estagiárias entrevistadas relatarem ter passado por algum tipo de formação, podemos concluir que a baixa carga horária desses processos formativos não atende as necessidades apresentadas e se desenvolve de modo fragmentado e esporádico. Outro ponto a ser destacado é que esta formação acontece posteriormente ao início das aulas, ou seja, num primeiro contato com as crianças com necessidades educacionais especiais, as estagiárias encontram-se totalmente despreparadas para atuar com essas crianças. O que equilibra o trabalho destas jovens meninas é o auxílio prestado pelos professores regentes e, sem dúvida, a força de vontade que cada uma delas apresenta. Os estudos que embasaram esta segunda categoria sinalizam defasagens na formação dos professores e nossa pesquisa comprova uma defasagem semelhante por parte das estagiárias.

Por fim, concluímos que a atuação das estagiárias se configura dentro de um cenário educacional que não oferece uma formação específica, com poucos subsídios, contribuindo para a constituição de uma ênfase assistencialista para a Educação Infantil. Sendo assim, fechamos este texto com um olhar mais focado, mas não cristalizado sobre a atuação e função das estagiárias, pois o discurso expresso nessa pesquisa diz respeito a uma pequena amostra desse contexto e que nos leva e nos instiga a novas buscas e estudos nesta área.

Referências

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. **Resolução nº 2**, de 11 de setembro de 2001 – institui Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica. Brasília: CNE/CEB, 2001.

BRASIL. **Lei Nº 11.788**, de 25 de setembro de 2008 – Dispõe sobre o estágio de estudantes. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/111788.htm. Acesso em: 23 set. 2017

BRASIL. **Lei Nº 9.394**, de 20 dezembro de 1996. Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm Acesso em: 07 nov. 2017.

BRASIL. Ministério da Educação. **Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília: SEESP, 2008.

BRASIL. Ministério da Educação. **Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil**. Brasília: MEC/SEF, 1998.

BRASIL. **Observatório Plano Nacional de Educação 2014-2024**. Chapecó, Santa Catarina. 2017. Disponível em: <<http://www.observatoriodopne.org.br/metas-pne/4-educacao-especial-inclusiva/dossie-localidades>> Acesso em: 15 set. 2017.

CERIZARA, Ana Beatriz. Educar e Cuidar: por onde anda a educação infantil? In: **Perspectiva**. v. 17, n. especial, jul./dez. 1999. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/perspectiva/article/view/10539/10082>. Acesso em: 10 abr. 2018.

CHAPECÓ. **Educação Especial 2017**. Chapecó, SC: Secretaria Municipal de Educação, 2017.

CORRÊA, Rafaela da Cruz, RODRIGUES, Carlos Henrique. **A formação docente no estágio da educação inclusiva**: a atuação dos estagiários nas escolas municipais de Juiz de Fora. In: V Seminário de Educação Especial. Universidade Federal de Uberlândia. 2011, Uberlândia. Anais eletrônicos, Uberlândia, 2011, CEPAE. Disponível em: <http://www.cepae.faced.ufu.br/sites/cepae.faced.ufu.br/VSeminarior/trabalhos/269_1_1.pdf> Acesso em: 07 de Nov. 2017

FURTADO, Michelle Abreu. **CONCEPÇÕES DE CRECHE: UMA ANÁLISE EM PERIÓDICOS NACIONAIS A1 E A2 DA ÁREA DE EDUCAÇÃO**– In: UnB - 37ª Reunião Nacional da ANPED – 04 a 08 de outubro de 2015 UFSC – Florianópolis. Anais. Florianópolis, 2015.

HADDAD, Lenira. Políticas integradas de educação e cuidado infantil: desafios, armadilhas e possibilidades. In: **Cadernos de Pesquisa**. v. 36, n. 129, set./dez. 2006.

HOUAISS, Antônio; VILLAR, Mauro de Salles; FRANCO, Francisco Manoel de Mello. **Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.

LIMA, Maria Betania Barbosa de Silva, DORZIAT, Ana. **Cenas do cotidiano nas creches e pré-escolas**: Um olhar sobre as práticas de inclusão. In: Anped – Grupo Trabalho 15. Anais eletrônicos, 2013. Disponível em: http://www.anped.org.br/sites/default/files/gt15_2721_texto.pdf

SAYÃO, Débora Thomé. Não basta ser mulher... não basta gostar de crianças... “Cuidado/educação” como princípio indissociável na educação infantil. In: **Educação**. v. 35 n. 1, jan/abr. 2010. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/reeducacao/article/view/1604/899>. Acesso em: 14 abr. 2018.

VITTA, Fabiana C. F. EMMEL, Maria Luisa G. A dualidade cuidado x educação no cotidiano do berçário. In: **Paidéia**. v. 14, n. 28, , 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/paideia/v14n28/07.pdf>. Acesso em: 14 abr. 2018.

SOBRE AS AUTORAS:

Camila Olga Vieira Bohrer

Especialista em Educação Especial Inclusiva pelo Centro Universitário Leonardo da Vinci (UNIASSELV). Graduada em Pedagogia pela Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS). Professora no CEIM Criança Feliz/Brasil. Integrante do Grupo de Pesquisa em Políticas e Práticas de Inclusão (GPPPIIn/UFFS/CNPq). E-mail: camilaa1234_vieira@hotmail.com

 <http://orcid.org/0000-0002-8056-4257>

Elizete Petter

Graduada em Pedagogia pela Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS). Integrante do Grupo de Pesquisa em Políticas e Práticas de Inclusão (GPPPIIn/UFFS/CNPq). E-mail:

elizete.petter2013@gmail.com.

 <http://orcid.org/0000-0002-5087-086X>

Patrícia Gräff

Doutora em Educação pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS. Docente do Programa de Pós-Graduação em Educação, da Universidade Federal da Fronteira Sul, campus Chapecó/SC. Líder do Grupo de Pesquisa em Políticas e Práticas de Inclusão (GPPPIIn/UFFS/CNPq). E-mail: patricia.graff@uffs.edu.br.

 <http://orcid.org/0000-0002-3315-2401>

Recebido em: 12 de julho de 2018
Aprovado em: 10 de agosto de 2019
Publicado em: 17 de setembro de 2019